

A dimensão estrutural e estratégica da luta antirracista: conexões e desconexões entre marxismo e decolonialidade

Jane Barros Almeida¹

Resumo: Diante da importância do debate sobre a dimensão estrutural e estratégica da luta antirracista, este artigo objetiva, a partir de Marx – mas centralmente de marxistas ativistas –, estabelecer diálogos com a teoria da decolonialidade desde a chave do debate racial. Intenciona-se buscar proximidades e distanciamentos entre as teorias sociais, de modo a possibilitar leituras e caracterizações capazes de contribuir para a superação de uma perspectiva racista de mundo.

Palavras-chave: Marxismo. Decolonialidade. Racismo.

Abstract: Given the importance of the debate on the structural and strategic dimension of the anti-racist struggle, this article aims, based on Marx - but mainly on activist Marxists -, to establish dialogues with the theory of decoloniality from the very key of the racial debate. It is intended to look at what approximates and distances the two social theories, in order to enable readings and characterizations capable of contributing to the overcoming of a racist perspective of the world.

Keywords: Marxism. Decoloniality. Racism.

Em plena crise pandêmica, vivenciamos em 2020 mais um brutal caso de racismo estrutural² que impactou o mundo. George

¹ Doutora em Sociologia pela UNICAMP.

² Silvio Almeida (2018), em *O que é racismo estrutural?*, revela que as instituições somente são racistas porque a sociedade também o é. Isso significa que as estruturas que solidificam a ordem jurídica, política e econômica legitimam uma determinada concepção de mundo que parte da ideia do branco burguês como modelo e norma, reforçando a manutenção de privilégios e criando condições para a prosperidade de apenas um grupo. Como resultado, as instituições externalizam e expressam

Floyd morreu asfixiado, resultado de uma abordagem policial de desproporcional violência. A revolta desencadeada pela sua morte provocou lutas massivas nos EUA e ações de solidariedade em muitos países (BBC BRASIL, 2021). Dados sistematizados nos EUA, Reino Unido e Brasil revelam como o racismo estrutural se agudiza em momentos de crise como este em que estamos vivendo³. Isso pode ser constatado pelo maior número de óbitos causados pela COVID-19 entre negras e negros e, ainda, em razão de essa parcela da população ser a mais afetada pelo desemprego e pela miséria que se adensaram⁴.

Esses eventos reacendem o debate teórico e epistemológico sobre o racismo, além de trazer à tona a necessidade de superá-lo. Na atualidade, não é possível, no interior das ciências humanas e sociais, realizar tal discussão prescindindo das teorias decoloniais⁵ que têm mobilizado esforços para tematizar a centralidade do debate racial na dinâmica social, política e econômica da sociedade. Contudo, no mesmo *métier*, há um grande esforço de setores, no interior dessa área de conhecimento, em localizar o marxismo no campo das teorias sociais obsoletas e, por vezes, entendidas por alguns como racistas e eurocêntricas.

Nesse sentido, este artigo objetiva, a partir de Marx, mas trabalhando centralmente com os marxistas ativistas que enfrentaram este tema “aquecido”, estabelecer diálogos com a teoria da decolonialidade a partir da chave do debate racial. Intenciona-se recuperar análises e elaborações no campo do marxismo que revelam o quanto é errônea a tentativa de descarte de tal teoria, mostrando que isso pode significar

violentemente o racismo de forma cotidiana.

³ Ver em Araújo & Coldwell (2020); Marques (2020); Agência Brasil (2020); e The Guardian (2021).

⁴ Ver em DIEESE (2020).

⁵ Catherine Walsh propõe o uso Decolonial como forma de diferenciação do conceito de Descolonização – associado ao período de Guerra Fria. A decolonização envolve as dimensões epistemológica e política, ampliando o conceito anterior: descolonização (WALSH, 2009).

o silenciamento de experiências e processos de leitura de mundo que compreendem a luta antirracista como estrutural. A hipótese é que, ao descartar o marxismo, pretende-se secundarizar a real possibilidade de superação do capitalismo como sistema e, portanto, de uma revolução econômica, social e política como saída.

Marx, os marxistas: a luta antirracista e a questão negra

O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro (MARX, 2017, p. 372)

Essa citação está presente no Livro I de *O Capital*, obra de Marx publicada em 1867, e indica elementos potentes explorados por marxistas ao longo da história que objetivavam investigar a relação raça e classe. De modo mais específico, o trecho refere-se a um contexto histórico da guerra civil nos EUA (1861-1865), quando, segundo Marx (2017), todo o movimento operário independente teria sofrido certa paralisia durante o tempo em que a escravidão desfigurava parte da República. Para além do contexto específico, tal citação indica-nos que não há emancipação humana enquanto o trabalho negro, explorado em absoluto, for submetido à barbárie da opressão.

Apesar desse trecho remeter a um período específico da história, a premissa mantém-se presente e atual, já que os corpos negros racializados são os mais violados em razão da acumulação de capital, sendo ainda um entrave para a emancipação humana, universal. Estudos recentes sobre a obra de Marx buscam identificar em seu texto reflexões que tematizam o debate racial para além da escravidão, refletindo sobre colonialidade, etnia e racismo, ainda que não utilizando essas categorias de análise. Por isso, Rafael Afonso (2020) em *Os ventos que sacodem Marx: sobre colonialismo, nacionalismo e racismo nas páginas irlandesas de Marx* e Kevin B. Anderson (2019) em *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais* são leituras obrigatórias

por apresentarem a não condescendência de Marx com o colonialismo e o racismo⁶.

Elementos sobre o papel da opressão, nessa engrenagem social, já são apresentados nos debates sobre a acumulação primitiva do capital ao delinear a como sendo um mecanismo complexo que objetivou a construção de um sistema social, envolvendo a edificação de novas relações sociais. Para Marx (2017, p. 785), teria sido “(...) uma prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”. Ou seja, um momento de separação entre produtores e meio de produção, sendo um longo e intenso processo histórico que envolveu expropriação, pauperização e controle dos corpos envolvidos. Tivemos, naquele

⁶ Afonso (2020) carrega, à superfície, a discussão sobre os escritos de Marx a respeito da Índia e da China, entre 1856 e 1859. Tais escritos levaram Marx a uma revisão radical da perspectiva sobre o colonialismo que sustentava até então. O mesmo se deu com os textos sobre a Irlanda no final da década de 1860 que também o levaram a desenvolver estudos originais em torno de um colonialismo específico e seus efeitos. Já Anderson (2019), além de trazer à tona as preocupações do autor sobre nacionalismo e racismo, na intenção de auxiliar nas investigações contemporâneas sobre colonialismos específicos, traz, também, elementos para provar o quanto Marx foi um anti-imperialista e um anticolonialista a partir de notas e escritos que não foram publicados em vida. Ademais, o autor constata que no *Manifesto Comunista* e em alguns outros textos sobre a Índia, antes dos anos 1850, havia uma leitura que poderia conduzir a análises do colonialismo como contendo elementos progressistas, ao final. Contudo, entende que essas questões desaparecem nos seus últimos escritos, assim como Afonso (2020) alega. Anderson (2019) resgata, ainda, estudos sobre populações indígenas, inclusive do Brasil, indicando como Marx interessava-se por sujeitos e movimentações para além da Europa. Inclusive, o autor retoma passagens sobre o debate de gênero, ao mirar as comunidades indígenas, assim como retoma o papel das mulheres na Comuna de Paris. Ainda para Anderson (2019), seus textos sobre a Irlanda anunciam a discussão sobre racismo, visto que no século XIX a sua população era representada, na Europa, de maneira animalizada, como não sujeitos de primeira linha. O autor destaca passagens de Marx em que percebe uma relação racializada entre trabalhadores ingleses e irlandeses, delegando a estes últimos um papel de subalternidade. Além disso, ele resgata passagens de *Miséria da Filosofia*, que já indicam que sem escravidão não haveria capitalismo, além do apoio ao Norte dos EUA antiescravista. Ambos os autores trabalham com textos poucos conhecidos no Brasil, mas que indicam pistas importantes para desconstruir uma “falsa” ideia de Marx como eurocêntrico e colonialista.

momento, a valoração da terra e a transformação de sujeitos em sujeitos sem posse e proteção, obrigando-os a venderem seu corpo/força para o trabalho, como mercadoria. De acordo com Marx (2017, p. 787), “A história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com trações de sangue e fogo”.

Essas trações de sangue e fogo encontraram corpos distintos e processos de maior e menor expropriação a depender do território histórico em questão. Há um debate importante no interior do marxismo sobre se a acumulação primitiva foi um momento histórico específico, ou compõem processo estrutural ao longo do desenvolvimento do próprio capitalismo, alçado violentamente diante das necessidades de reprodução do capital. Rosa Luxemburgo (1984) e Silvia Federici (2017) são algumas das formuladoras que indicam esse processo como estrutural. David Harvey (2004) vai numa linha de apontar os processos contemporâneos como sendo processos de acumulação por espoliação, uma expressão desse debate.

O argumento central dos autores que defendem uma perspectiva não temporal, não apriorística, ou ainda não apenas prévia da acumulação primitiva do capital compreende que este sistema societal mobilizará sempre os elementos de maior exploração e opressão, resgatando, quando possível, ferramentas extracapitalistas (no sentido clássico) para manter a acumulação de capital a contento dos donos do poder. Contudo, é inegável que, sendo um processo prévio ao capitalismo ou, ainda, estrutural ao processo de acumulação dele, a expropriação e a separação dos sujeitos dos meios de produção envolveram, e continuam envolvendo, o controle dos corpos, passando pelo racismo e pelo machismo como mecanismos anunciados. Nenhuma das autoras ou autores apresentou a temática racial de modo central, e sim como auxiliar na investigação dessa categoria, como um elemento nodal desse maquinário. Nesse sentido, é impossível enfrentar o debate de raça e classe sem pautar a acumulação primitiva, a escravidão e o processo de colonização.

Marxistas, como analistas e ativistas inseridos em processos históricos específicos, apontaram questões centrais para a reflexão aqui proposta. Segundo C. L. R. James, num artigo publicado em 1939 no jornal *New Internationalist*, as revoluções burguesas e modernas, capazes de inaugurar ou mesmo consolidar a sociedade capitalista, não prescindiram, no seu processo prévio, de negras e negros para garantir a consolidação de um sistema social, centrado na produção de capital.

Quais são as datas decisivas na história moderna da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos? 1789, o início da Revolução Francesa; 1832, a aprovação do Projeto de Lei de Reforma na Grã-Bretanha, e 1865, o esmagamento do poder-escravo na América pelos estados do Norte. Cada uma dessas datas marca uma fase definitiva na transição do feudalismo para a sociedade capitalista. A exploração de milhões de negros tinha sido um fator fundamental para o desenvolvimento econômico de cada uma dessas três nações. Era razoável, portanto, esperar que a questão negra desempenhe um papel importante na resolução dos problemas que enfrentam cada sociedade. No entanto, ninguém nos tempos pré-revolucionários, mesmo fracamente previu a magnitude das contribuições que os negros fariam. Hoje os marxistas têm muito menos desculpa para cair no mesmo erro (JAMES, 1939).

Esse artigo de C. L. R. James (1939) antecipou em cerca de vinte anos a luta pelos direitos civis nos EUA, que depois inspirou o mundo, além de ter sido base para a análise da Revolução negra no Haiti. O autor ilustrou o papel de negras e negros colonizados na construção de um novo modelo de sociedade, sem que isso significasse subjugar um povo. James (1939) retoma os marcos ditos “universais” para a construção do moderno – da nova sociedade capitalista –, denunciando o papel a que negras e negros foram submetidos para a construção e consolidação do novo modo de produção social, assim

como o papel delas e deles para sua superação. Isso corrobora a tese de que o racismo não apenas foi condição para o período inicial de acumulação primitiva como também que esses sujeitos discriminados, minimizados e desumanizados foram determinantes para se criar as condições para as Revoluções burguesas.

Clovis Moura (1987) reforça esse olhar a partir de um país colonizado, recuperando o papel da escravidão nessa engrenagem sistêmica. O autor investiga o fenômeno que indica o extremo da exploração de sujeitos subalternizados como parte constituinte do modo de produção moderno, capitalista e escravista, sem que isso signifique uma contradição em termos. Para ele, a taxa de lucro, obtida com o comércio de escravizados, reforça e legitima a ideia construída de uma raça inferior, capaz de legitimar a absoluta subalternidade, num período específico do conflito “entre classes”. Esse período pode ser entendido como prévio às revoluções burguesas, visto que contribuiu centralmente para que a Europa tivesse condições objetivas de realizá-la:

Instala-se no Brasil, nacionalmente, o modo de produção escravista moderno em sua plenitude. Os níveis de repressão nesse contexto eram totais, a fim de que a taxa de lucro do senhor não fosse atingida. O trabalho escravo ganha, assim, proporções extremas de exploração. Fecham-se todas as possibilidades de uma sociedade na qual existissem mecanismos mediadores dos conflitos das duas classes sociais fundamentais: escravos e senhores (MOURA, 1987, p. 4).

O trabalho escravo aqui no Brasil não fez parte de um mundo pré-moderno, num contexto feudal, mas foi parte constituinte de um sistema-mundo que necessitou de colônias e territórios onde fosse possível explorar determinados sujeitos na totalidade, entendidos como mercadoria absoluta. Essa relação foi forjada mediante a construção da ideia de raça, e da hierarquização dos sujeitos, de modo a legitimar

a opressão e a submissão de determinados grupos sociais ao “homem branco”, supostamente universal, permitindo, a partir dessa construção, armar condições para que sujeitos se tornassem mercadorias, levando-os à absoluta expropriação do trabalho.

Em síntese, com argumentos distintos, as referências mencionadas corroboram a tese de que a escravidão é fruto de um processo moderno. Dessa forma, o racismo e a forma de subjugar negras e negros também o são. Do ponto de vista histórico, a argumentação sustentada explica o surgimento do racismo e, portanto, da sua expressão máxima – a desumanização escravista – como eixo articulador da engrenagem moderna capitalista.

A sofisticação da barbárie racista encontra no século XX indivíduos e sujeitos coletivos à altura dos desafios colocados. Contemporâneos, C. L. R. James e Leon Trotsky, de maneira conjunta com o Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP) norte-americano, ainda nos anos 1930, trocaram cartas provocando um debate no interior do partido sobre o papel das negras e dos negros no processo revolucionário. Interessante notar como o método de análise da realidade, fundamentado no materialismo histórico e dialético, auxiliou na antecipação de questões latentes que tomaram forma e corpo nos anos 1960 nos Estados Unidos. Toda essa correspondência visava a construção de um programa político capaz de apontar respostas aos problemas concretos. A premissa era a de que o racismo precisava ser entendido estrategicamente e, portanto, sua superação seria condição para um projeto antissistêmico. “Se acontecer de nós no SWP não encontrarmos o caminho para os negros, então nós seremos um desperdício completo. A revolução permanente e todo o resto seriam somente uma mentira.” (TROTSKY *apud* BREITMAN, SD, p. 5).

Nessas trocas de cartas, recuperou-se um importante evento do início do século XX, quando elementos antirracistas compuseram a luta dos trabalhadores na cidade de Chicago. Em 1920, entre trinta e quarenta mil trabalhadoras e trabalhadores negros e brancos organizaram massivas greves contra as ações policiais nos bairros

negros. A polícia se infiltrava e cometia barbaridades com o objetivo de fragilizar a luta sindical e provocar desconfiança entre as trabalhadoras e os trabalhadores negros, dividindo a classe nessa luta sindical. Na ocasião, os policiais tentaram separar os manifestantes por cor da pele, o que foi subvertido pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores ativistas ao se misturarem nas marchas (TROTSKY, SD, p. 12). Esse evento exemplificou a potência da unidade interracial na luta da classe trabalhadora e os riscos do *establishment*.

Em 1923, Trotsky escreveu uma carta respondendo algumas questões ao poeta negro Claude McKay (BREITMAN, SD). Nela, constatou o preconceito no interior da burocracia operária branca, caracterizada como atrasada politicamente. Na prática, revelou a superação de uma leitura idealista e romântica da classe operária – além de indicar os desvios stalinistas⁷ e burocráticos já presentes.

Num diálogo com 24 sul-africanos em 1932, o revolucionário bolchevique diferenciou movimento de massa de partidos pequenos burgueses coloridos (miscigenados). Sobre partidos operários, o autor reafirmou novamente os riscos da aristocracia operária diante de posturas racistas, indicando a potência do contato quando estabelecido com grupo de trabalhadores negros, jovens, dinâmicos, dimensão esta que inexistia. Tal potência era o que estava sendo reivindicado pelos trabalhadores sul-africanos. Por fim, houve a conclusão de que só os negros podem liderar sua própria luta. “A educação dos propagandistas negros é uma tarefa revolucionária extremamente urgente e importante na atual conjuntura” (TROTSKY, 1939 *apud* BREITMAN, SD, p. 2). O congresso do SWP de julho de 1939 é categórico em relação à “questão negra”:

⁷ Desvios associados à posição política expressada por J. Stalin, seu opositor no interior do Partido, que detinha leitura tática e estratégica distintas sobre a construção das revoluções socialistas do mundo, desencadeando, em Trotsky, a avaliação de que sua percepção da história era mecânica, e pouco dialética.

O SWP deve reconhecer que sua atitude em relação à questão negra é crucial para seu desenvolvimento futuro. Até agora o partido tem sido baseado principalmente em trabalhadores privilegiados e grupos de 'intelectuais isolados. A menos que consiga encontrar o caminho para as grandes massas dos desprivilegiados, dos quais os negros constituem uma seção tão importante, as perspectivas amplas da revolução permanente permanecerão apenas uma ficção e o partido está fadado a degenerar-se (TROTSKY, 1939 *apud* BREITMAN, SD, p. 5).

Naquele mesmo ano do Congresso, 1939, o tema do nacionalismo negro versus a classe trabalhadora assumiu um papel de protagonismo no debate. O próprio Trotsky ponderava sobre a população negra trabalhadora do norte dos EUA poder ter língua e religião próprias e, por isso, demandar a emancipação do seu povo. Todavia, C. L. R. James e outros autores iam na contramão: o centro dessa questão passava necessariamente por uma avaliação sobre a consciência das trabalhadoras e dos trabalhadores negros. Ele argumentava que nos EUA “os negros clamavam por serem americanos, como os italianos, poloneses e outros que migraram e possuíam privilégios” e, em razão disso, não se viam como uma nação específica, como uma minoria nacional (JAMES, SD, p. 11).

Ainda na chave de marxistas analistas/ativistas negras e negros, que necessitavam formular “a quente”, Angela Davis incluiu a perspectiva de gênero ao debate racial em *Mulher, Raça e Classe* (2016). Como bem apontou Silvio Almeida (2016), a autora revelou o quanto “a escravidão e a servidão articularam-se de modo singular com o capitalismo nas mais distintas formações sociais, adaptando-se a diferentes realidades e costumes ou simplesmente dissolvendo e destruindo tradições não compatíveis com a lógica do capital” (ALMEIDA, 2016). Além de um debate sobre o feminismo negro marxista, Davis (2016) revela-nos a complexa relação entre raça, classe e gênero, recuperando a história e suas contradições estruturais na sociedade de classes.

Nesse sentido, para a práxis do seu presente, ela resgata os limites da luta feminista ao desconsiderar a concretude de raça e classe na formulação do programa político, a partir da luta pelo voto das mulheres nos séculos XIX e XX. A partir de um relato sobre a Primeira Convenção pelo direito das mulheres em *Seneca Falls*, Nova York, ela consegue, de modo preciso, demarcar a relação das feministas brancas com as mulheres operárias e mulheres negras. Nos anos 1840, “As mulheres operárias eram as líderes da militância operária nos Estados Unidos” (DAVIS, 2016, p. 66). Ainda segundo a autora, foi salutar o fato de que elas foram profundamente ignoradas na declaração de *Seneca Falls*, em 1848.

As mulheres negras rebelaram-se desde sempre: no Sul dos EUA, teriam se rebelado contra a escravidão e, no Norte, contra o racismo. Dez anos antes do encontro, em 1827, com o codinome Matilda, foi publicada uma carta sobre o direito das mulheres no *Freedom's Journal*, da cidade de Nova York. Matilda era Maria Stewart, mulher negra que respondeu aos ataques que objetivavam silenciá-la, impedindo-a de palestrar. Naquela carta pelos direitos das mulheres, reivindicava educação para as mulheres negras em uma época em que educação para as mulheres, no geral, ainda era impopular. Importante registrar que ela escreveu isso, segundo Davis (2016), um ano antes de Frances Wright, escocesa que defendeu o acesso igualitário das mulheres à educação.

Apenas dois anos depois de *Seneca Fall* foi que uma mulher negra, Sojourner Truth, na primeira Convenção nacional do direito das mulheres em Massachusetts, pôde falar. De modo brilhante, seu discurso “Eu não sou uma mulher?”, entre apoios e vaias (mais apoios que vaias), descreveu os limites da imagem hegemônica de fragilidade das mulheres, já que as negras aguentavam a violência, a chicotada e davam à luz crianças que foram vendidas (DAVIS, 2016). Esse relato sustentava que não era menos mulher que outras, por isso, não seria menos apta que os homens a decidir sobre o seu futuro e o da sociedade.

Angela Davis (2016) reforça a necessidade de sublinhar gênero e raça como componentes essenciais da categoria “classe”. Dessa forma, acaba por contribuir para uma compreensão mais robusta e complexa do capitalismo como sistema social em que a opressão é parte integrante dele e condição historicamente indissociável para a produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Se conforme disse Karl Marx, o ‘trabalhador de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro’ também é verdade que, como Angelina Grimké tão lucidamente insistiu, as lutas democráticas da época – em especial o combate pela igualdade das mulheres – poderiam ter sido travadas de modo mais eficiente em associações com o combate pela libertação negra (DAVIS, 2016, p. 78).

Em síntese e com o auxílio de algumas vozes, registros, debates e análises referenciadas em Marx e marxistas, é possível constatar que o debate racial não foi negligenciado. Ao contrário, por vezes mirando a história progressa, diante de uma necessidade objetiva de forjar processos de luta no seu presente, a questão racial aparece como elemento estrutural nas relações sociais no modo de produção capitalista, justificando a construção das revoluções modernas burguesas em todo o mundo e, portanto, sendo a chave para se pensar qualquer processo de superação sistêmica. Davis (2016) nos revela, ainda, que a complexidade das opressões, ao mesmo tempo que fortalece a crítica ao capital, através de corpos negros femininos, aumenta a ânsia de silenciamento das experiências, da história. Portanto, ao resgatar leituras e processos que indicam o não esquecimento, ou apartamento do debate racial, a partir de Marx e dos marxistas, intenciona-se estabelecer bases para diálogos mais robustos, assim como identificar as disputas existentes acerca da temática raça/racismo.

Contribuições importantes do debate decolonial

As linhas que delimitam os diferentes campos de produção de conhecimento muitas vezes são tênues e polêmicas entre os especialistas no tema. O objetivo neste momento é apenas justificar o recorte proposto – os estudos decoloniais.

Os Estudos Culturais, datados dos anos 1960, inauguram uma nova forma de entender a cultura – expressão da vivência humana – num contexto de maior complexidade das relações sociais no mundo, inspirados pelas alterações dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra. Richard Hoggart, Raymond Williams, E. P. Thompson e Stuart Hall foram os cânones que abriram as portas para reflexões advindas das mudanças sociais Pós-Segunda Guerra Mundial. Ao longo do tempo, os estudos culturais foram absorvendo autores que tendem a estabelecer críticas sobre o papel do estruturalismo e mesmo do materialismo histórico como eixos de análise. A independência das ex-colônias africanas somada à diáspora de pesquisadores que iniciam um olhar mais atento para além das fronteiras europeias ampliam possibilidades de reflexão e formam novos campos e áreas de produção do conhecimento. Os autores pós-coloniais como Said (2007), Homi Bhabha (2014) além da chamada “tríade francesa”, Césaire, Memmi e Fanon (BALLESTRIN, 2013), sem afirmar a superação do colonialismo, focam nas relações criadas a partir da colonialidade e da independência, marcantes no desenvolvimento das sociedades e dessas questões. Eles contribuíram de modo significativo à superação das análises binárias e dualistas a respeito do papel do colonizador/colonizado, num contexto de liberação das colônias na segunda metade do século XX. Foram responsáveis por provocar os “estudos subalternos” nos anos 1970, tendo Guha e Spivak (1988) como principais expoentes, de modo a mirar a produção de conhecimento na escuta do outro, enquanto sujeito. Segundo Bhabha (2014), o pós-colonialismo tem tido “sucesso em desafiar o conhecimento europeu”, isto é, a limitada tese da universalidade abstrata, e interromper o

discurso forjado pelos dominadores de modernidade. Parte desses autores associa o marxismo ao conhecimento europeu, portanto, limitado e supostamente pouco complexo.

O debate sobre a decolonialidade, apesar de jovem se comparado a outras frentes de estudo, tem sido muito potente no campo das ciências humanas e sociais. Michel Lowy (2015) constata forte heterogeneidade entre os autores do campo. Apesar da dificuldade em fazer um desenho “total” da decolonialidade, é possível identificar a sua origem e ao mesmo tempo constatar elementos do interior desse movimento/teoria que os aproximam, formando um todo coerente. Segundo Ballestrin (2013), a decolonialidade nasce no final dos anos 1990, com a criação do grupo Modernidade/colonialidade, ao inserir a América Latina no debate pós-colonial, provocando uma ruptura com os estudos culturais e pós-coloniais, através do que denomina “radicalização do argumento” pós-colonial, apontando um “giro decolonial” e caracterizando-o como um movimento de resistência teórico, prático, político e epistemológico, fundado na lógica da modernidade/colonialidade.

Em síntese, Mignolo, no final dos anos 1990, denuncia o “imperialismo” dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizaram uma real ruptura com autores eurocêntricos (BALLESTRIN, 2013) e aponta a especificidade da América Latina para o desenvolvimento do capitalismo mundial. O giro decolonial contribuiu para a radicalização da discussão de raça e racismo presente na formação social proposta, na relação colonização/colonizado e no papel que a Europa assume para a consolidação do capitalismo no mundo.

Este giro questiona de modo enfático as Revoluções burguesas do século XVIII como sendo o marco inaugural do período moderno. Para esses autores, o período de colonização da América teve papel determinante na construção e consolidação do capitalismo moderno. Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016), como estudiosos decoloniais, constataam o ponto de inflexão que indica o elemento

comum à diversidade dos autores coloniais: a origem do mundo moderno capitalista, no qual a ideia de raça foi forjada como instrumento de dominação, datada de 1492.

Para Aníbal Quijano (2005), a ideia de raça, no sentido moderno, não existia antes da América, o que levou a produção de identidades sociais historicamente novas – indígenas negros e mestiços –, transformando a raça no “primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial em camadas, lugares e papéis da estrutura de poder na nova sociedade” (2005, p. 38). Esse é um ponto de forte impacto já que, a partir dele, para o próprio Quijano e, também, para Immanuel Wallerstein (1997), os termos *raça* e *racismo* – ambos advindo do processo de dominação violento e doutrinador da colonização – são entendidos como “princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema mundo” (HALL, 2003 *apud* BERNARDINO-COSTA e GROSGOUEL, 2016). Para Balltestrin (2013), Wallerstein teve papel central para a leitura da modernidade como sistema-mundo, ao inserir a tríade colonial/racial/moderno.

Segundo Quijano (2005), esse padrão de poder apresenta-se por meio do trabalho, do controle do Estado e da produção de conhecimento. A colonialidade do poder conecta-se à colonialidade do conhecimento/saber. Dessa forma, a construção da ideia de raça/racismo, ligada a sujeitos inferiores, passíveis de controle e violência, implica na construção de uma teoria social que legitima a escravidão, o racismo e a construção de sujeitos-mercadorias, condição para a acumulação de capital e para a construção do império colonial europeu.

Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016) constatam que, ao deslocar o período inaugural do mundo moderno, localizando-o a partir do processo de colonização da América, denuncia-se um sistema social capaz de silenciar os subalternos e suas narrativas – negligenciando sujeitos, histórias e experiências – como parte constituinte da construção do novo modelo societário. Nesse sentido, seria necessário escutar essas vozes, no plural, e forjar uma nova história do moderno.

Segundo os autores, “O que é decisivo para pensar a partir de uma perspectiva subalterna é o compromisso ético-político, um conhecimento contra hegemônico” (BERNARDINO-COSTA & GROSGOUEL, 2016, p. 19). Por isso, o projeto político acadêmico decolonial visa reconhecer as múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, assim como as múltiplas e heterogêneas reações à colonialidade do poder, compreendendo tal dominação como conectora de lugares epistêmicos – um esforço ao pluriuniversalismo. Caberia, então, uma diversidade de pensadoras e pensadores negros que se encaixariam nessa definição: de W. E. B. Du Bois e Franz Fanon a Bell Hooks, Clóvis Moura, passando por Patrícia Hill Collins e até Angela Davis. Tal pluralidade encontrada, e reconhecida, externaliza pontos de conexão à medida que a perspectiva de mundo de negras e negros produziriam novas miradas ao iluminar novos sujeitos, possibilitando a voz aos subalternos e a releitura da história.

Em diálogo com a herança de setores do campo dos estudos pós-coloniais, há setores decoloniais que carregam o pós-estruturalismo e o pós-modernismo como eixos articuladores da leitura de mundo, negando o marxismo como teoria capaz de auxiliar nessa discussão. W. Mignolo, R. Grosfoguel e Lander são parte do grupo decolonial que rompe com as grandes narrativas. São ferrenhos críticos ao marxismo eurocêntrico e abraçam a tese da diversidade epistêmica (AGUIAR, 2018).

Diálogos entre marxismo e a teoria da decolonialidade a partir do debate racial: à guisa de uma conclusão

O argumento que sustenta esta exposição parte da constatação de que é necessário recuperar o marxismo como teoria social. Primeiro, revelando o quanto seus interlocutores entendem o debate de raça e racismo como central e estratégico e, depois, partindo de uma premissa de que não basta apenas ler o mundo, é preciso transformá-lo também. Já a decolonialidade, como campo de elaboração e produção

de conhecimento é mais jovem, há maior diversidade interna e isso nos impõe uma maior dificuldade em desenhar seus contornos. Entretanto, como bem apresentado por Luciana Ballestrin (2013), é também um movimento de resistência teórico, prático, político e epistemológico, fundado na lógica da modernidade/colonialidade e que foi capaz de colocar a questão de raça e racismo no centro das análises e reflexões.

Este texto não tem como objetivo esgotar a discussão, mas, ao contrário, provocá-la. Visa contribuir com a construção de sínteses menos preconceituosas de teorias contemporâneas ao mesmo tempo que questiona teses presunçosas que soterram os clássicos, sobretudo os clássicos marxistas. Há pontos de conexão entre ambas as teorias capazes de acalmar os ânimos dualistas que tendem a construção de oposições apriorísticas e não conciliáveis. A perspectiva da resistência, de teorias contestatórias, em movimento, faz parte dos dois escopos de análise, sem que isso mascare suas diferenças. Além disso, a ideia de que a raça foi capaz de estruturar o desenvolvimento do capitalismo e contribuiu para a sua consolidação, sobretudo na Europa, traz elementos que possibilitam compreender o racismo como chave importante dessa engrenagem sistêmica.

Ambas as teorias se colocam no campo da criticidade, indicando leituras de mundo que possibilitam “iluminar” os sujeitos sociais subalternizados. Portanto, há conexões possíveis que passam por focar no olhar dos e para os subalternos, para a resistência, para a luta, isto é, uma percepção de mundo outra, não necessariamente submissa. Uma legítima afinidade a partir da preocupação com o apagamento da história, através do silenciamento dos processos de percepção de saberes, de leituras de mundo dos sujeitos subalternos, colonizados.

Além disso, é possível identificar similaridades em relação à análise sobre a origem da modernidade e o papel de negras e negros e do racismo para o processo de consolidação do capitalismo como sistema social moderno, corroborando para a superação de uma leitura binária e dual europeia, hegemônica. C. L. R. James, já em 1939, provoca-nos a pensar o papel de negras e negros no processo

de garantia das revoluções burguesas. Não apenas ele como também outros marxistas reforçam isso ao constatar o papel estratégico das trabalhadoras e dos trabalhadores negros na luta antissistêmica. Nesse sentido, a modernidade não tem início apenas no século XVIII, inaugurando um novo modelo social, e sim antes mesmo disso, como condição para essa realização. Os decoloniais, ao demarcarem os séculos XV e XVI e sobretudo o papel da América Latina para garantir a consolidação do capitalismo como sistema, mostrando que a ideia de raça surge como elemento chave de dominação e controle, provocam que se olhe para determinada parte do mundo e para processos de luta por vezes invisibilizados. Esta potência não deve ser subsumida.

Contudo, nesse diálogo, há desconexões centrais em relação à leitura estratégica e de ruptura estrutural com um sistema social que produz e se alimenta das desigualdades, sendo o racismo uma delas. Há marxistas que nos convidaram ao debate sobre o papel das trabalhadoras e dos trabalhadores negros no processo de emancipação humana. Os decoloniais querem dar voz aos subalternos, reconhecer a heterogeneidade dessas vozes, todavia, sem que isso implique, necessariamente, uma construção de sínteses ou, ainda, um processo de ruptura com essa engrenagem que produz a subalternidade, o racismo e a violência como condição de reprodução sistêmica. Há, inclusive, como apontado, decoloniais que abandonaram o marxismo, acusando-o de ser mais uma metanarrativa europeia – um debate descuidado que “joga a criança com a água da bacia” e impede que se perceba conexões entre os marxistas, sobretudo ativos no processo de formulação, caracterização e de ação coletiva.

A chave do reconhecimento da pluralidade de vozes subalternas contribui substancialmente para dar visibilidade à existência de outras vozes que não a do colonizador, desses sujeitos que hoje detêm a hegemonia. Isso, numa perspectiva da luta antirracista, auxilia na denúncia do racismo e de situações de violação brutal dos direitos humanos e das liberdades democráticas. Entretanto, é insuficiente na medida em que não relaciona a superação do racismo com a superação

do sistema social que o funda, identificando a luta contra o racismo como elemento histórico essencial para dar cabo à engrenagem de dominação e exploração sistêmica. Neste sentido, os marxistas auxiliam em localizar a luta contra o racismo como estrutural, conectada ao DNA do sistema capitalista, sobretudo nos países coloniais, mas não apenas, pois revela a íntima e alinhada relação entre a opressão e a exploração. Para além disso, reconhece essa luta como estratégica no que se refere ao processo de revolução econômica, política e social. Em tempos de crise profunda, de adensamento do racismo, é ainda mais necessário que se atente aos intentos de silenciamento de análises históricas e de descarte de teorias que visam, além de entender, transformar a realidade que nos cerca.

Referências bibliográficas

AFONSO, Rafael. *Os ventos que sacodem Marx: sobre colonialismo, nacionalismo e racismo nas páginas irlandesas de Marx*. São Paulo: Annablume, 2020.

AGÊNCIA BRASIL. Em favelas, 87% dos moradores conhecem alguém com covid-19. *R7*, [S.l.], 30 set. 2020. Cidades. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/em-favelas-87-dos-moradores-conhecem-alguem-com-covid-19-30092020>. Acesso em março de 2021.

AGUIAR, Jórisa Danilla N. Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea. In: *Revista Observatorio Latinoamericano y Caribeño*, Buenos Aires: n. 2, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O marxismo de Angela Davis. In: *Blog da Boitempo*, São Paulo, 26 set. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/09/26/o-marxismo-de-angela-davis/>. Acesso em março de 2021.

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDERSON, Kevin B. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARAÚJO, Edna; CALDWELL, Kaia. Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra? *ABRASCO – GT Racismo e Saúde*, [S.l.], 20 jul. 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kaia-caldwell/>. Acesso em março de 2021.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In.: *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online], n.11, p. 89-117, 2013.
- BBC BRASIL. Morte de George Floyd: Onda de protestos em massa desafia toques de recolher em dezenas de cidades nos EUA. *BBC News Brasil*, [S.l.], 31 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52867574>. Acesso em março de 2021.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. In.: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em março de 2018.
- BHAMBRA, Gurminder K. Postcolonial and decolonial dialogues. In.: *Postcolonial Studies*, London, v. 17, n. 2, p. 115-121, 18 dec. 2014. DOI: 10.1080/13688790.2014.966414.
- BREITMAN, George. 1962 Introduction Leon Trotsky. In: *On Black Nationalism Documents on The Negro Struggle*, (SD). Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/works/1940/negro1.htm#sd>. Acesso em março de 2021.

- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIEESE. Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia. Boletim Especial. *Dieese*, São Paulo, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>. Acesso em março de 2021.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017. 461p.
- GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Selected Subaltern Studies*. New York. Oxford University Press, 1988
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- JAMES, C. L. R. Self-Determination for the American Negroes Coyoacan, Mexico April 4, 1939. In: *On Black Nationalism Documents on The Negro Struggle*, (SD). Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/works/1940/negro1.htm#sd>. Acesso em março de 2021.
- JAMES, C. L. R. A Revolução e o Negro. In: *New International*, v. 5, p. 339-343, dez. 1939. Publicado sob o nome JR Johnson; Transcrito: Ted Crawford. Disponível em: <http://pretotrotskyism.blogspot.com/2014/01/a-revolucao-e-o-negro-clr-james.html>. Acesso em março de 2021.
- LÖWY, Michael. Entrevista a Michael Löwy. In: *Analéctica: Revista Eletrônica de pensamento crítico*, Ano I, n. 9, ago. 2015. Disponível em: <http://www.analectica.org/articulos/mtzandrade-lowy/>. Acesso em março de 2021.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

- MARQUES, Brenda. Como o racismo contribui para que a Covid-19 seja mais letal em negros. *R7*, [S.l.], 20 nov. 2020. Saúde. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/como-o-racismo-contribui-para-que-a-covid-19-seja-mais-letal-em-negros-20112020>. Acesso em março de 2021.
- MARX, KARL. *O Capital* – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOURA, Clovis. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 9 - Especial, p. 37-59, 1987.
- QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismos e América Latina”. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogo para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005, 327 p.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- THE GUARDIAN. UK BAME: People how has the coronavirus pandemic impacted you? *The Guardian*, London, wed 6 jan 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/jan/06/uk-bame-people-how-has-the-coronavirus-pandemic-impacted-you>. Acesso em março de 2021.
- TROTSKY, Leon. Self-Determination for the American Negroes Coyoacan, Mexico April 4, 1939. In: *On Black Nationalism Documents on The Negro Struggle*, (SD). Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/works/1940/negro1.htm#sd>. Acesso em março de 2021.

- WALLERSTEIN, Immanuel. *As tensões ideológicas do capitalismo: universalismo versus racismo e sexismo*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 1997. Disponível em: https://www.academia.edu/9623211/WALLERSTEIN_I_As_tens%C3%B5es_ideol%C3%B3gicas_do_racismo_universalismo_versus_racismo_e_sexismo. Acesso em setembro de 2016.
- WALSH, Catherine (org.). *Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Abya – Yala, 2009, 252p.